



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento  
Receita Rio - Coordenadoria do IPTU

**SICOP: 22135**

**REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

**I- PETIÇÃO**

O **proprietário** do imóvel abaixo descrito, ou, se for o caso, por intermédio de **seu representante legal**, vem requerer **MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO PARA RESIDENCIAL**.

( \_\_\_\_\_ ) Recadastramento Predial (preenchimento do servidor).

**II- DADOS DO IMÓVEL (preenchimento obrigatório).**

Inscrição: \_\_\_\_\_ Código do Logradouro (CL): \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

**III- DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obrigatório).**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Identidade e órgão expedidor: \_\_\_\_\_ Telefone (s): \_\_\_\_\_

**IV- DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório).**

Nome: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

**V- DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso de procuração).**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Identidade e órgão expedidor: \_\_\_\_\_ Telefone (s): \_\_\_\_\_

**VI - DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME DO PEDIDO**  
(apresentar original e cópia ou cópia autenticada, salvo:  
i. exceções sinalizadas; e  
ii. cópia simples do documento com código de validação, cuja autenticidade possa ser conferida no sítio eletrônico do Órgão ou instituição que a emitiu)

(Preenchimento do Servidor)  
**DOCUMENTO JUNTADO?**

1- Identificação do Requerente:

1.1- Identidade e CPF do proprietário (pessoa física), sócio-gerente ou diretor (pessoa jurídica), do inventariante (espólio), na hipótese de não haver procurador constituído. O promitente comprador estará habilitado a requerer se estiver imitado na posse do imóvel e a promessa estiver registrada no Registro de Imóveis (RI). Também estará habilitado a requerer o adquirente de imóvel no caso de sucessão hereditária ainda não registrada no RI, desde que seja apresentado o formal de partilha homologado. O titular de direitos sobre benfeitoria estará habilitado a requerer se apresentar escritura de cessão de direitos sobre esse bem (ou declaração de posse) lavrada em Ofício de Notas ou registrada no Registro de Títulos e Documentos;

(S) (N) (NA)

1.2- Termo de Inventariante ou Escritura Pública de Inventariança (no caso de espólio), se a partilha não tiver sido homologada;

(S) (N) (NA)

1.3- Contrato Social, ou Estatuto e Ata de eleição da última diretoria, devidamente registrados (requerente pessoa jurídica);

(S) (N) (NA)

1.4- Procuração outorgada pelas pessoas indicadas no subitem 1.1 (quando for o caso), contendo poderes específicos para o pleito e com firma reconhecida, ou cópia autenticada de instrumento público;	(S) (N) (NA)
1.5- Identidade e CPF do procurador (quando for o caso);	(S) (N) (NA)
2- Certidão de ônus reais do Registro de Imóveis. Caso o titular indicado na certidão apresentada não coincida com o que conste no carnê do IPTU, será exigida certidão emitida há menos de seis meses da data do pedido. Quando for o caso de benfeitoria, será exigida escritura de cessão de direitos sobre esse bem (ou declaração de posse) lavrada em Ofício de Notas ou registrada no Registro de Títulos e Documentos;	(S) (N) (NA)
3- Cópia das duas primeiras folhas do último carnê de IPTU recebido (com dados cadastrais do imóvel.);	(S) (N) (NA)
<p>4- Documentos indicativos de utilização residencial:</p> <p>4.1- Conta de consumo de serviços públicos (luz, água ou gás) ou, caso não haja prestação de serviço público, declaração da concessionária referente à sua não prestação. Caso se pretenda a mudança de utilização para o exercício em curso e/ou anteriores, deverão ser juntadas contas que comprovem o consumo residencial no mês de janeiro de cada um desses anos;</p> <p>4.2- Nos casos de existência de alvará de licença para estabelecimento ativo para o local: Baixa do respectivo alvará ou certidão comprobatória de ausência de atividade econômica (expedida pela CLF);</p> <p>4.3- Nos casos em que a unidade imobiliária pertença a edificação tipo "hotel-residência": Declaração da administradora do hotel-residência de que a unidade não faz parte do "pool" hoteleiro (original com firma reconhecida), ato constitutivo da administradora e respectiva comprovação de que a signatária é a administradora do "pool";</p> <p>4.4- Nos casos em que a unidade pertença a edificação multiunidades: ata de eleição do síndico do condomínio e declaração, firmada por ele, de que a unidade possui utilização residencial;</p> <p>4.5- Nos casos de transformação de uso: Certidão de aceitação de transformação de uso para residencial e plantas de arquitetura aprovadas (caso tenha havido alteração de área).</p>	(S) (N) (NA)
<p>• LEGENDA: (S) SIM ; (N) NÃO e (NA) NÃO APLICÁVEL</p>	
<p>VII- Informações complementares ao pedido (preenchimento pelo requerente, se for o caso)</p>	
<p> </p>	
<p>VIII- Somente após a apresentação dos documentos relacionados no quadro VI, a autuação do presente processo suspenderá a exigibilidade do crédito tributário na forma prevista no caput do artigo 161 do Decreto 14.602/96.</p> <p>Este requerimento de revisão cadastral não afasta a incidência de acréscimos moratórios sobre o tributo devido, a menos que seja efetuado depósito administrativo no valor integral, ou pagamento da parte não afetada pela controvérsia acompanhada de depósito administrativo da parte por ela afetada – artigos 161 e 171 do Decreto 14.602/96.</p>	
<p>IX- Declaro estar ciente do teor deste requerimento e dos termos constantes nos quadros VI e VIII (preenchimento obrigatório).</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>_____</p> <p>Nome do Requerente ou Procurador</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do Requerente ou Procurador</p>	<p>Recebido.</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>_____</p> <p>Nome, matrícula e assinatura do servidor</p>